

**BASES ECOLÓGICAS PARA A PESQUISA EM TURISMO E MEIO AMBIENTE:
A EXPERIÊNCIA DO CPPTH DA UNIVALI/SC**

Paulo dos Santos Pires

INTRODUÇÃO

Este trabalho, em consonância com o objetivo central do **I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, pretende contribuir para o GT “**Gestão Ambiental do Turismo**” a partir da experiência adquirida pelo seu autor junto ao Curso de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Turismo e Hotelaria – CPGTH da UNIVALI/SC, na condução de pesquisas e na docência em disciplinas de conteúdo ecológico e ambiental aplicadas ao turismo.

Desde a criação do Curso em 1997, na época restrito apenas ao Programa de Mestrado, foram inseridas na grade curricular disciplinas eletivas que buscaram atender a necessidade de formação em relação à interface ambiental do turismo, visando a produção de pesquisas, particularmente as dissertações de mestrado. Foram três disciplinas (Turismo e Meio Ambiente, Bases Ecológicas e Ambientais do Turismo, e Bases Ecológicas do Turismo), esta última atualmente em vigor. As mudanças nominais com respectivas alterações estratégicas de ementas e conteúdos se deram em função da dinâmica de amadurecimento do programa frente ao seu contexto de existência.

Dessa forma, são apresentados inicialmente os tópicos de domínio da **Ecologia**, enquanto ciência do ambiente, que compõem a base de conhecimentos requeridos na interface do **Turismo** com o **Meio Ambiente**. Em seguida, analisa-se o resultado da utilização desta base na produção científica do Curso, com ênfase para as dissertações de mestrado, já que estas guardam uma relação direta com a demanda externa do curso. Ao final, reflete-se sobre as perspectivas e limitações que este campo de abordagem estabelece para a pesquisa e a formação em nível de pós-graduação na área de turismo.

TÓPICOS DE DOMÍNIO DA ECOLOGIA ABORDADOS EM CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

A Composição Visual das Paisagens

A paisagem é tomada neste tópico de abordagem como uma ampla categoria de análise do espaço e do ambiente dada a sua condição de expressão visual e espacial do mesmo. Com base nesta concepção e a partir de um enfoque apropriado ao interesse turístico, assume-se que os **elementos de composição** da paisagem estão representados através de três fatores: as formas topográficas cujos aspectos considerados são as unidades de relevo (geomorfologia) e as declividades; os elementos de superfície, onde são considerados a vegetação natural — e, por associação, os biomas correspondentes—, a hidrografia, a fauna e o uso do solo relacionado às atividades humanas; e as influências climáticas nos aspectos de temperatura, pluviosidade, insolação e umidade relativa, das quais se originam também as ocorrências atmosféricas, algumas, como a neve, a nebulosidade, os ventos com grande capacidade de influência na demanda e nos fluxos turísticos.

A Diversidade Ecológica das paisagens Naturais do Brasil

Este tópico ao focar os nove **biomas** do Brasil associados às suas formações vegetais representativas, e cada qual comportando variados **fitoecossistemas** ou **ecorregiões** (IBAMA), além das áreas de transição entre todos eles, oferece uma visão da diversidade ecológica existente em nosso país, a partir da qual é possível entender o potencial de seu aproveitamento pelo turismo.

A **fauna selvagem** (não domesticada) naturalmente integra todos esses ambientes naturais e ao mesmo tempo em que por si só é capaz de desencadear o fenômeno turístico, por outro lado, possui características de sazonalidade (muitas vezes associadas à própria sazonalidade climática), de mobilidade, localização e temporalidade associadas também a outras condições tais como ciclo reprodutivo, territorialidade e proteção ambiental que podem, ao mesmo tempo, limitar e potencializar a sua atratividade turística, dependendo ainda do tipo de turismo que se considera. A partir destes condicionantes gerais são apresentados os principais grupos da fauna brasileira que mais despertam o interesse por parte de turistas e visitantes de áreas naturais no seu caráter de proeminência e de singularidade nestas paisagens.

A **hidrografia**, constituída pela rede de drenagem natural (rios) e por outras formas de superfície d'água como lagos, lagoas, lagunas e quedas d'água, é apresentada neste tópico com

destaque para as grandes bacias hidrográficas brasileiras e suas respectivas sub-bacias, enfatizando-se, além do potencial de utilização turística, o caráter de unidade territorial de planejamento ambiental que as mesmas encerram, ao qual o desenvolvimento turístico submeter o seu próprio planejamento.

O **uso do solo** integra os elementos de superfície na composição visual da paisagem no seu caráter antrópico, como um aspecto derivado das atividades humanas no meio rural e no meio urbano. O caráter das atividades humanas modificadoras do ambiente natural pode ser classificado de forma ampla nas seguintes categorias: infra-estrutura; áreas industriais, áreas de mineração; cidades e outros assentamentos humanos; agricultura, pecuária e silvicultura; e os complexos de lazer/recreação nos espaços rurais e naturais. Este último grupo compreende exatamente as atividades desencadeadas pelo fenômeno turístico e pela demanda recreativa a ele associada.

As **influências climáticas** são consideradas a partir da diversidade de tipos climáticos que se observa no Brasil (IBGE, 1993), condição dada basicamente pela dinâmica das massas de ar (equatorial, tropical e polar) incidentes em nosso território permitindo as diferenciações climáticas regionais, que ao receberem também influência de outros fatores como a maritimidade, a continentalidade, a altitude, a extensão territorial e o relevo, vão determinar as três grandes tipologias climáticas (equatorial, tropical e temperada) distribuídas nas grandes regiões brasileiras, com suas diferenciações sub-regionais por influência da temperatura, da umidade e da pluviosidade ao longo das estações do ano. Tal variedade pode ser determinante da motivação turística tanto na opção por determinadas destinações quanto na sua recusa.

Com já se apontou anteriormente as **ocorrências atmosféricas** sendo decorrências dos fatores climáticos, apresentam manifestações que se constituem em atrativos por si mesmas despertando assim o interesse turístico. Neste sentido, ocorrências como a neve, granizo, geada, chuva, nebulosidade, insolação, umidade e ventos, são considerados na sua sazonalidade e na sua dependência de múltiplos fatores condicionantes, possibilitando a compreensão das limitações e das potencialidades de seu aproveitamento pelo turismo e pelos turistas.

O Potencial Turístico dos Recursos Naturais

A partir de um entendimento conceitual sobre patrimônio, recurso e atrativo turístico em termos de significado e discernimento para o interesse turístico, é apresentada uma tipologia

básica dos principais **atrativos naturais** que ocorrem no Brasil, acompanhada de sua correspondente descrição com ênfase no fator motivacional que cada tipo de atrativo desperta ou pode despertar para a demanda recreativa e turística. A abordagem sobre o tema inclui ainda classificações dos atrativos turísticos naturais e sua caracterização com distintos enfoques e abrangências. Tópicos avançados sobre o tema como a avaliação quali-quantitativa dos recursos naturais para o turismo, são previstos na grade de opções disciplinares do CPGPTH mediante demanda discente específica.

O Potencial Turístico da Paisagem

A motivação fundamental para a viagem turística é a necessidade de romper com a rotina, sendo que a mudança física de lugar é comumente a melhor forma de conseguir esta ruptura. Essa atitude constitui a essência do turismo na medida em que gera a necessidade de viajar e, em seu bojo, o “fazer turismo”. A essa constatação há que se admitir que o fator “paisagem” é aquele que melhor indica ao turista a tão desejada mudança física de lugar, fazendo com que “paisagem” e “turismo” sejam duas realidades intimamente relacionadas sendo a paisagem um elemento substancial do fenômeno turístico e um recurso de grande valor no desenvolvimento e na consolidação da oferta turística. (Pearce in FONT, 1989; FONT, 1989)

Esse pressuposto dá ensejo a uma ampla abordagem da **dimensão visual da paisagem** a partir de uma base conceitual e teórica onde são apresentadas e discutidas as variáveis e atributos que conferem qualidade visual — e, com ela, a atratividade turística — e que determinam também a fragilidade da paisagem em relação às atuações humanas, incluindo as provocadas pelo próprio turismo.

Áreas Naturais Protegidas e Unidades de Conservação

Progressivamente e de forma cada vez mais intensa o turismo vem imprimindo a sua expansão e consolidação sobre a base de recursos naturais do planeta, sobretudo, em relação às regiões que possuem áreas protegidas representativas de ecossistemas e paisagens naturais, algumas habitadas por populações autóctones e seu modo de vida primitivo ou tradicional.

Essas áreas são objeto de reconhecimento oficial e de proteção legal e, no Brasil, compreendem duas grandes categorias: as áreas naturais protegidas sem definição de limites e

dimensões; e as áreas com dimensões e limites definidos. No primeiro caso estão incluídas, entre outras, as Áreas de Preservação Permanente (Código Florestal); as Áreas Tombadas; as Reservas da Biosfera; e os Sítios do Patrimônio da Humanidade. No segundo caso incluem-se as Unidades de Conservação, organizadas em categorias de manejo (no Brasil, através da Lei nº 9985/2000) estando de acordo com um sistema internacional de categorização.

Programaticamente, dentro da abordagem do tema é dada ênfase para a gestão do uso público em unidades de conservação, dada a sua importância para o turismo, em especial para o ecoturismo.

Conceitos e Processos Ecológicos de Interesse para o Turismo

A ecologia se constitui em um vasto campo do conhecimento e a dimensão aplicativa de seu conceito original (de índole biológica) atinge, atualmente, várias áreas da ciência e com aplicação a múltiplos contextos sócio-ambientais. Logicamente, o turismo como atividade humana desencadeadora de processos com repercussão ambiental, espacial e social, está plenamente permeável a abordagens de caráter ecológico, entre outras ciências que buscam dar conta da dimensão do fenômeno e, paulatinamente, lhe conferir uma identidade epistemológica própria.

Dessa forma, cumpre resgatar dos fundamentos da ecologia, aquela base conceitual com a qual será possível dar início e avançar em abordagens ecológicas mais aprofundadas no sentido do entendimento, por esse viés, dos processos desencadeados pelo turismo e de seus impactos decorrentes. Para tanto, são oferecidos conteúdos relacionados às dimensões ambientais e às unidades ecológicas de análise ambiental; componentes bióticos e abióticos do ambiente natural; clima; além dos principais paradigmas conservacionistas da atualidade. Os processos naturais em escala localizada (erosão, sedimentação, assoreamento, ...) e em escala global (sistemas agrícolas, florestais, costeiros e de água doce) além das mudanças climáticas são, também, temas incluídos no programa.

A INTERFACE AMBIENTAL DO TURISMO

A relação de interdependência entre o turismo e o meio ambiente proporciona um outro campo de abordagem científica tão ou mais amplo do que o de domínio da ecologia da forma como o exposto anteriormente. Tal amplitude dá ensejo a múltiplas possibilidades de abordagem

na interface ambiental do turismo em função da dimensão ambiental que se considera (ecológica, social, cultural, espacial, econômica, política,...) e dos respectivos desdobramentos temáticos.

Diante dessa dimensão, o que se verifica no CPGTH é que a relação turismo e meio ambiente acaba por permear praticamente todas as disciplinas, mesmo que de forma subjacente em alguns casos. No entanto, tópicos especificamente voltados para a dimensão ecológica da relação turismo e meio ambiente vem sendo incluídos em algumas disciplinas, destacando-se os que seguem.

Impactos do Turismo no Ambiente Natural

O turismo e seu desenvolvimento potencializa impactos com efeitos negativos e também positivos sobre o ambiente natural. Enquanto que os efeitos positivos são considerados na perspectiva da valorização ambiental e do apoio à conservação da natureza, os efeitos negativos desencadeados pela ocorrência de atividades turísticas no entorno natural podem ser analisados no plano teórico a partir de sua incidência sobre os componentes bióticos (vegetação e a fauna) e abióticos (solo, a água e o ar), embora no plano da realidade seja necessário considerar as interações e os efeitos sinérgicos dos impactos sobre o conjunto destes componentes. Neste sentido, a leitura destes impactos a partir da categoria de análise “paisagem” (na sua dimensão ecológica e estética) se apresenta como uma importante alternativa analítica.

Capacidade de Carga Turística

O conceito de “capacidade de carga” tem sido amplamente — embora não plenamente — apropriado pelo interesse turístico. No CPGTH o interesse pela sua abordagem vem se dando de forma crescente e já tem resultado produções científicas especificamente voltadas para o tema. A partir de uma visão ampla da aplicabilidade deste conceito, duas grandes vertentes se apresentam: a aplicação tradicional do conceito visando determinar quantidade máxima de usuários (visitantes) em um determinado entorno natural; e a aplicação ampliada do conceito que além do aspecto quantitativo considera outras variáveis e indicadores num processo dinâmico de planejamento e gestão de visitantes/usuários em ambientes naturais. Ambas as possibilidades podem se justificar diante de diferenciadas situações de desenvolvimento turístico.

A BASE ECOLÓGICA REFLETIDA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CPGTH

O levantamento da produção científica representada pelas dissertações já desenvolvidas e defendidas no Programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria, até o mês de Agosto/2003 (69 produções), permitiu identificar 7 (sete) trabalhos que de forma mais específica adotaram como tema central ou como paradigma principal de análise, conteúdos e metodologias do domínio da ecologia e da interface ambiental do turismo, de acordo com o referencial destas duas principais

vertentes, apresentado anteriormente. Neste sentido, os tópicos mais recorrentes foram os seguintes:

- Capacidade de Carga Turística (2 trabalhos);
- Turismo em Unidades de Conservação (2 trabalhos);
- Recursos Naturais do Turismo (2 trabalhos);
- Impactos do Turismo no Ambiente Natural (1 trabalho)

Embora a constatação de que apenas 10% do total da produção científica na forma de dissertações tenha adotado direta e especificamente a base ecológica ou a interface ambiental para o seu desenvolvimento, há que se considerar os seguintes pontos no sentido da pertinência e legitimação destes conteúdos no campo do turismo a partir da experiência constatada no CPGTH:

- o levantamento do conjunto da mesma produção permite constatar que muitos trabalhos incorporam, de alguma forma, a base ecológica ou a interface ambiental seja na sua contextualização e justificativa, seja na fundamentação teórica, seja como balizamento para as considerações finais ou conclusões;
- na fase de obtenção dos créditos em disciplinas, o contato dos discentes com os tópicos pertencentes a estas áreas, a absorção dos seus conteúdos e a reflexão sobre a sua pertinência e importância para o turismo, ajuda a ampliar a visão sobre o desenvolvimento sustentável da atividade na perspectiva dos seus interesses e enfoques particulares nesta atividade;

PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES PARA A ABORDAGEM ECOLÓGICA NA FORMAÇÃO E NA PESQUISA EM TURISMO

Se, por um lado, o turismo enquanto fenômeno social e atividade econômica produtora de espaço e transformadora do ambiente, prescinde do aporte de vários ramos das ciências já constituídas para a sua competente abordagem científica, por outro lado, a ele (o turismo) tem se voltado uma demanda crescente e deliberadamente multidisciplinar, que em acorrendo aos bancos acadêmicos em busca de formação ao nível de pós-graduação, acaba por aportar a sua valiosa contribuição para o “saber turístico” a partir das respectivas formações acadêmicas e experiências profissionais correspondentes.

Neste sentido, a convivência no meio acadêmico entre múltiplas competências profissionais e distintas visões do fenômeno turístico e seu processo, acaba por enriquecer e ampliar a própria abordagem dos conhecimentos de domínio ecológico, atribuindo-lhes novas magnitudes, significados e perspectivas não previstas a partir de um viés essencialmente assentado no conhecimento tradicional da escola ecológica.

A atual e irreversível disseminação da consciência ecológica e ambiental na sociedade, a sua internalização nas esferas decisórias e a incorporação de paradigmas conservacionistas na gestão de processos de exploração, transformação e serviços, estabelece o cenário presente e futuro para o desenvolvimento do turismo. Nesta constatação reside a perspectiva promissora não só para a continuidade da abordagem ecológica na formação e pesquisa em turismo, como no seu robustecimento em qualidade e atualização, para que possa corresponder às demandas crescentes por posturas e ações identificadas com o paradigma da sustentabilidade do turismo.

Por outro lado, o que se poderia entender como limitações na abordagem ecológica para a formação e a pesquisa em turismo pode ser entendido pelo estágio de insipiência desta abordagem entre nós. Há apenas 13 anos iniciaram-se as primeiras inserções de conteúdos ecológicos nas grades curriculares em cursos de nível superior em turismo no Brasil, sendo que nos cursos em nível de pós-graduação *Stricto Sensu* o mesmo se deu mais recentemente, a partir da segunda metade da década de 1990 nas poucas instituições brasileiras onde se oferece formação acadêmica neste nível.

Desta situação decorre o fato de que a própria estrutura dos cursos onde vem se dando tal processo, ainda apresenta limitações não só estruturais do ponto de vista de instalações e tecnologias apropriadas, como também curriculares e programáticas, no sentido de que não se consegue incorporar disciplinas e conteúdos à formação acadêmica com a mesma dinâmica ou na mesma proporção e intensidade com que os fatos e conhecimentos de interesse ecológico e ambiental se desenvolvem pelo mundo todo. Acresce-se a isso, a necessidade de ampliação junto aos centros de formação e pesquisa em turismo e hotelaria, da capacidade instalada em termos de competências docentes e científicas nos distintos campos de especialidade em ecologia e meio ambiente. Tal necessidade justifica-se não só pelo aumento quantitativo da demanda por difusão de conhecimentos, orientações e produção, mas também pela abrangência e complexidade destas áreas.

REFERÊNCIAS

FONT, J.N. Paisaje y turismo. **Estúdios Turísticos**. Madrid: nº 3. 1989. p.35-45

IBAMA. **Ecosistemas**. Disponível em www.ibama.gov.br

IBGE. **Recursos naturais e meio ambiente**: uma visão do Brasil. Rio de Janeiro: 1993. 132p.